POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Maria Celi Chaves Vasconcelos [1]
Maria da Conceição Monteiro de Magalhães [2]

Resumo

O estudo faz uma reflexão sobre a atuação das mulheres na política, especificamente no Poder Legislativo, e seus projetos concernentes à educação municipal. Para tanto, relata a trajetória de quatro mulheres na Câmara de Vereadores do Município de Teresópolis e suas referências educativas para se tornarem lideranças femininas. Trata-se de uma investigação qualitativa, cujas questões propostas compreendem a trajetória dessas mulheres na política, as dificuldades e os preconceitos vividos por elas em um espaço público tradicionalmente masculino, seus projetos educacionais para a municipalidade, assim como suas expectativas em relação à área das políticas sociais. Cabe ressaltar que as quatro mulheres protagonistas desta investigação foram as únicas vereadoras que a cidade de Teresópolis elegeu em sua história como município independente.

Palavras-Chave: Mulheres na política; Projetos educacionais; Poder Legislativo.

Introdução

Ao longo da história, verifica-se que a prática e a dinâmica da atividade política foram sempre baseadas em modelos masculinos, legitimados por leis e costumes culturais, segundo os quais a mulher era alijada de tais atribuições. Convencionou-se que o espaço público e a vida política eram privativos dos homens. Em contrapartida, às mulheres restou a gestão do espaço privado e o de terem a "sua história dissolvida na história dos homens" (QUÉTEL, 2009, p. 5).

---

[1] Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis – UCP. E-mail: maria.celi@ucp.br
[2] Professora do Centro Universitário da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (UNIFESO). E-mail: ceimagalhaes@uol.com.br

Embora atualmente o Brasil tenha uma mulher em seu mais elevado cargo político, a presidência da República, o gênero feminino permanece como minoria em grande parte dos cargos eletivos dos poderes Executivo e Legislativo. As mulheres foram incorporadas à vida pública, ocupando espaços e posições tradicionalmente atribuídas aos homens. No entanto, ainda são alvo de abuso e sub-representação, sentindo-se, muitas vezes, excluídas e despreparadas para aquilo que imaginam ser a atividade política. Cabe questionar como e o que fazer para que mais mulheres participem da cena política, de modo a que os direitos iguais se concretizem e a sociedade possa contar com as suas perspectivas (FONSECA; MACEDO, 2009, p. 147-148).

A sub-representação e marginalização das mulheres constituem um sério problema para todas as democracias modernas, uma vez que para seu efetivo exercício é preciso que esteja consolidada a participação desses grupos socialmente mais fragilizados nas instâncias do poder (ADÃO; REMÉDIOS, 2008).

O presente estudo apresenta-se como uma reflexão sobre a atuação das mulheres na política, especificamente no Poder Legislativo, e seus projetos relativos à educação municipal. A pesquisa relata a trajetória de quatro mulheres na Câmara de Vereadores do Município de Teresópolis, bem como as suas referências educativas para se tornarem lideranças femininas. Cabe ressaltar que as quatro mulheres protagonistas desta investigação foram as únicas vereadoras que a cidade de Teresópolis elegeu em toda a sua história como município independente.

Para que se obtivessem as informações necessárias acerca da vida pública dessas mulheres e seus projetos educacionais, foram realizadas entrevistas com as quatro ex-parlamentares do município, aqui denominadas como Entrevistada 1 (E1), Entrevistada 2 (E2), Entrevistada 3 (E3) e Entrevistada 4 (E4), a fim de preservar as suas identidades.

As questões propostas pretenderam investigar a trajetória dessas mulheres; o que as motivou a participar da política local; como as suas identidades se transformaram; quais as dificuldades e os preconceitos vividos por elas, sendo mulheres em um espaço público tradicionalmente masculino; e como a atividade profissional e a escolaridade interferiram em suas participações políticas. Além disso, são enfocados os seus projetos educacionais para a municipalidade, assim como as suas expectativas em relação a essa área das políticas sociais.

A vereadora E1 iniciou aos 26 anos sua trajetória legislativa no pleito de 1996, permanecendo até o final de 2008. Incentivada pela família, ingressou na política pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); posteriormente, retirou-se do PSB e inscreveu-se no Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, mais tarde, mudou-se para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A vereadora E2 iniciou sua trajetória política no Partido da Frente Liberal (PFL) aos 38 anos, também no pleito de 1996, permanecendo até julho de 2008, quando foi cassada por infidelidade partidária. Mais tarde, filiou-se ao Partido Popular Socialista (PPS).

A vereadora E3 ingressou na política em 1996, já na maturidade, pelo Partido Liberal (PL), permanecendo por apenas um mandato, até o final de 2000. E3 teve uma influência muito grande de seu avô, que atuava na política na época. Posteriormente, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A vereadora E4 iniciou sua trajetória política aos 26 anos pelo PDT e depois trocou-o pelo PMDB. Permaneceu na política de 2004 até outubro de 2008, quando também foi cassada por infidelidade partidária.

O ingresso das entrevistadas na atividade política obedeceu a um padrão fortemente dominante, o da filiação partidária. Verificou-se, no decorrer de suas falas, a ocorrência de modificações nas recomposições familiares de algumas, compreendidas entre o ingresso na atividade legislativa e o final de seu mandato (BETTENCOURT; PEREIRA, 1995, p. 302).

O conteúdo dos depoimentos das mulheres vereadoras do legislativo teresopolitano estão analisados e dispostos ao longo deste estudo, no qual se pretende demonstrar as implicações do feminino na política, as relações da mulher com a política educacional e os desafios pessoais de se estabelecer e consolidar uma liderança feminina em meio a uma cultura predominantemente masculina.

A participação das mulheres na política legislativa teresopolitana

A participação das mulheres na vida política de um país é considerada fundamental para o avanço da democracia e, há muito, as mulheres lutam por esse direito. Pode-se afirmar que a primeira grande bandeira do princípio do século XX

foi a do sufrágio universal, pois uma democracia pressupõe que homens e mulheres ocupem o poder em partes iguais, reduzindo a hegemonia masculina na política. Mesmo com uma mulher na presidência da República, a realidade política brasileira ainda deixa muito a desejar nesse aspecto e, em se tratando da política local, o papel e a participação das mulheres continuam a ostentar índices baixíssimos de importância e presença, ainda mais quando se refere ao Poder Legislativo, tradicionalmente exercido por homens.

Poucas mulheres brasileiras exibem em seus currículos trajetórias de destaque nos diferentes movimentos políticos que emergiram a partir de 1970. Muitas chegaram ao poder sem estar, necessariamente, vinculadas a essa militância. Todavia, ainda que não tenham participado de nenhum movimento político ou feminista, apelam ao eleitorado e valem-se da sua condição feminina como um sinal de inovação na política.

Foi nesse contexto que localizamos a história política legislativa das quatro únicas mulheres que fizeram parte, até então, da Câmara Municipal de Teresópolis, 105 anos depois que a cidade foi fundada. As mulheres somente concorreram a cargos eletivos no município a partir de 1996, nas eleições realizadas para a legislatura de 1997 a 2000, tanto para o Poder Legislativo, como para o cargo de vice-prefeito. Neste pleito havia 21 vagas em disputa, das quais três terminaram sendo ocupadas por mulheres, pela primeira vez na história do município.

Destaca-se, entre as vencedoras do universo feminino, a vereadora E3, que conquistou 1.113 votos nominais e foi a mais votada entre as mulheres. A segunda colocada foi a vereadora E2, com 692 votos e a vereadora E1, que se elegeu com 533 votos[3].

Os anos de 1997 a 2008 marcam, portanto, o período de duração da trajetória política legislativa de E1, E2, e E3, ainda que esta última tenha sido excluída nas eleições de 2000. Em 2004, E4 foi eleita com 1.872 votos nominais, sendo neste pleito a mais votada. Em seguida, reelegeu-se por mais um pleito E1, com 1.717 votos nominais e E2, auferindo 1.668 votos nominais[4]. É importante

[3] Cf. documento expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Trigésima Oitava Zona – Teresópolis.
[4] Idem.

observar que o número de vereadores eleitos em 2004 foi reduzido para 12, com três mulheres e nove homens, ou seja, uma proporção de 25% de mulheres.

Nas eleições de 2008, E1 não conseguiu se reeleger, ficando como suplente, com 1.743 votos nominais. Não obtiveram votação suficiente as candidatas E2, que teve seu mandato cassado em junho de 2008[5] e E3, auferindo, cada uma, 1.052 e 1.113, votos nominais[6], respectivamente. Quanto à ex-vereadora E4 (que teve seu mandato cassado em outubro de 2008[7]), disputou o cargo de vice-prefeita no último pleito, em 3 de outubro de 2008, mas não foi eleita.

Diante desses dados, pode-se considerar como sendo de curta duração, até o momento, a participação feminina na vida política legislativa de Teresópolis. Além do número reduzido de mulheres que ocuparam cargos legislativos, constata-se, *a priori*, que a metade teve os seus mandatos cassados, ou seja, em que pese as dificuldades para se eleger, as vereadoras também encontraram obstáculos para cumprir os seus mandatos.

No que diz respeito à formação acadêmica das entrevistadas, E1 e E2 relataram que:

> Minha formação é superior completa com pós-graduação em Medicina Preventiva e Social. Fiz Residência Médica. (E1)[8]
>
> Sou pedagoga e tenho formação em psicopedagogia institucional. (E2)[9]

As outras duas ex-vereadoras, E3 e E4, apresentaram um perfil com menor nível de escolaridade:

> Infelizmente não concluí o terceiro grau. (E3)[10]
>
> Parei de estudar no segundo ano do segundo grau porque eu tinha que trabalhar. (E4)[11]

---

[5] Cf. determinação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Ofício nº. 207/CORIP/08.
[6] Cf. documento expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Trigésima Oitava Zona – Teresópolis.
[7] Cf. determinação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Ofício nº. 606/CORIP/08.
[8] Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2009.
[9] Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2009.
[10] Entrevista realizada no dia 22 de julho de 2009.
[11] Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2009.

Sobre a infância e as oportunidades educacionais das ex-vereadoras, apenas uma delas relatou dificuldades de acesso e permanência na educação formal. E4[12] contou que era muito pobre, morava em uma casa de pau-a-pique, em uma localidade bastante alijada de serviços públicos, e a família costumava comer somente aquilo que "a terra dava". Quando E4[13] tinha quatro anos de idade, sua mãe foi trabalhar como caseira e, somente a partir daí, a família utilizou banheiro e chuveiro quente.

A história de vida dessa mulher guarda várias experiências de pobreza, violência doméstica, falta de acesso à educação formal, falta de moradia adequada e trabalho pesado na agricultura. No entanto, por mais difícil que tenha sido a sua trajetória, a entrevistada relata que a procura pela educação mudou radicalmente a sua condição de vida, tornou-a "visível" (FARIA, 1996, p. 99)

> Por mais que a minha mãe não me incentivasse a estudar, dentro do meu coração havia uma necessidade. Descobri que tinha, perto da minha casa, uma moça que dava aula em casa. Eu tinha uns seis anos de idade e fui até ela para aprender a ler. Ela tinha a mim, meu irmão e meus primos, e na época ela nos alfabetizou. (E4)[14]

As outras três entrevistadas relataram situações bem diferentes, com maiores oportunidades, especialmente educacionais. E1[15] narra a sua infância em uma cidade do interior, com pais que sempre a incentivaram a estudar, levando-a a cursar Medicina e completar a sua formação com o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Medicina Preventiva e Social.

A entrevistada E2[16] nasceu em Teresópolis e passou toda a sua infância no meio rural. Estudou em uma escola pública do interior e, quando de lá saiu, graduou-se em Pedagogia e completou a sua formação acadêmica com um curso de Pós-Graduação *lato sensu* nesta área. Posteriormente, ingressou, mas não concluiu o curso de Mestrado em Educação.

E2 exerceu ainda o cargo de Presidente da Federação das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Rio de Janeiro. Destacando-se na

---

[12] Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2009.
[13] Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2009.
[14] Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2009.
[15] Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2009.
[16] Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2009.

administração da APAE de Teresópolis[17], foi convocada à sede carioca para evitar que a APAE Rio fosse fechada, paralisando os inúmeros atendimentos que eram prestados aos portadores de necessidades especiais.

E3[18] relata uma infância cercada de livros e que os pais também a incentivavam a estudar, apesar de não terem tido tal oportunidade, pois possuíam apenas o primeiro grau, "antigo ginásio". Quanto à sua própria trajetória estudantil, contou que iniciou um curso de graduação, porém não o concluiu por conta de seu trabalho com adolescentes em risco, que a ocupava sobremaneira.

Nota-se no decorrer das falas de todas as entrevistadas que a inserção na atividade política legislativa, em princípio, nunca foi um projeto de vida. Tal fato, segundo as mesmas, também não era cogitado em seus planos quando jovens, pois, na época referida, ainda não fazia parte das pretensões femininas buscar a inserção na política, ainda mais local. O que se depreende dos relatos é que a atividade profissional de cada uma é o que as levou a aventurar-se na atividade política.

Nos depoimentos das ex-vereadoras, um traço comum observado, foi a narrativa de discriminações sofridas em suas trajetórias políticas no Poder Legislativo, por serem mulheres, convivendo, inclusive, com estereótipos, uma vez que eram identificadas pelos outros colegas da Câmara como "bancada do batom". Segundo Faria (1996, p. 162), "os olhares sobre as marcas simbólicas presentes nessas falas masculinas, detectam um tom depreciativo".

Não obstante os momentos de ascensão e declínio que se alternam na história de todo aquele que se abriga sob o manto do poder, o impulso pela conquista e manutenção dele "tem-se mostrado umas das mais fortes paixões a agitar o coração humano" (COMPARATO, 2006, p. 589). Entre as diversas experiências vividas pelas ex-vereadoras, certamente a mais decepcionante e difícil de ser assimilada foi a insuficiência de votos para reconduzi-las ao poder.

Publicada pelo jornal *O Globo*[19], uma reportagem sobre *As mulheres na política brasileira*, assinada por Christiane Jalles de Paula, revela que "a presença das mulheres na cena política brasileira ainda é muito pequena", o que não significa

---

[17] Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2009.
[18] Entrevista realizada no dia 22 de julho de 2009.
[19] PAULA, Christiane Jalles de. As mulheres na política brasileira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de set. 2010, p. 16.

imobilismo. A análise indica como fonte para o fenômeno a ser investigado o *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro Pós-1930* (DHBB), publicado, pela primeira vez, em 1984. Atualmente, em sua terceira edição, o dicionário traz os ocupantes dos mais relevantes cargos políticos, assim como o crescimento da presença das mulheres na representatividade política do país. A primeira edição abrangeu o período compreendido entre 1930 a 1975 e nele foram incluídas 19 mulheres. Para todas que tiveram cargos na política e na imprensa, há um traço comum: "construíram suas carreiras imbricadas nas carreiras dos maridos, pais, irmãos etc." Na segunda edição, em 2001, alterou-se a presença das mulheres, tanto na vida política quanto na direção de jornais importantes, que passou de 19 para 99, podendo-se traduzir como um processo de redemocratização empreendido, a partir de 1985. Na terceira e última edição, de acordo com a análise do DHBB, "o crescimento da participação das mulheres na vida política do país é consistente", realça a reportagem. Porém, somente 173 mulheres foram biografadas. Quando comparadas às biografias dos homens, num total de 6.415, o número de mulheres biografadas é insignificante. O que se constatou é que "a política brasileira ainda permanece como uma atividade masculina, e a participação das mulheres não passa de uma gota no oceano". A reportagem é finalizada afirmando que "a solução via política de cotas, que instituiu o patamar mínimo de 30% das vagas dos partidos e das coligações para as mulheres, não produziu ainda o resultado esperado" (PAULA, 2010, p. 16).

Constata-se que as mulheres estiveram presentes em um número ínfimo ao logo da trajetória do Poder Legislativo na República brasileira, sobretudo, quando se trata do poder local. Na maioria das Câmaras de Vereadores, por exemplo, o elenco feminino é considerado uma "bancada diferente" num universo predominantemente masculino.

As vereadoras e os seus projetos políticos-educacionais

No longo caminho percorrido na construção de suas individualidades e identidades políticas, as vereadoras eleitas em Teresópolis deram os primeiros passos para transformar a luta pela representação política, até então predominantemente masculina, em um universo plural. A busca por espaço político foi também a luta por uma nova forma de representatividade, pois elas expressavam

as diferenças em seus projetos: o direito a creches; aumento de salas de aulas; educação sexual; a implantação do sistema Braille; e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outras solicitações, citadas nos depoimentos.

Percebe-se que, paulatinamente, as questões sociais começaram a ser incorporadas nas suas ações, tornando-se uma marca registrada em suas atuações legislativas. A maioria dos projetos de lei era relativa à educação, cultura e saúde. As mulheres são "naturalmente" identificadas às questões sociais e, normalmente, participam das Comissões que tratam dos assuntos relacionados à educação, bem-estar, saúde e outros comitês que se referem a assuntos de assistência social. No caso de Teresópolis, essa associação ocorria também pelas atividades profissionais exercidas anteriormente pelas vereadoras, todas elas ligadas a serviços sociais prestados à comunidade, embora isso não possa ser considerado uma regra geral.

As entrevistas incluíram, portanto, questões sobre o que foi realizado nas áreas sociais durante os seus mandatos. Em relação à educação, a vereadora E1[20] esclareceu que se esforçou no sentido de melhorar as escolas. "Uma das minhas grandes conquistas, que não teve valor, pois eu perdi as eleições, foi trazer a Uerj[21] para o município". E1 enfatizou que esta conquista decorreu de um pedido para a ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: "Um pedido político meu, tudo documentado, e acho que trazer uma faculdade de Turismo para nossa cidade, desde que você não pague mensalidade, é uma grande vitória".

Analisando-se os primeiros projetos educacionais elaborados pela vereadora E1, em 1997, observou-se uma ênfase na ampliação do número de salas de aula em uma escola municipal de um bairro carente. Em sua justificativa, destacou que a falta de vagas poderia causar ou o deslocamento de grande quantidade de crianças para outros bairros, com as consequentes despesas familiares adicionais, ou a impossibilidade de absorção delas por outras escolas, elevando a exclusão escolar e o analfabetismo. Da mesma forma, a ampliação do número de salas de aula permitiria o prosseguimento, na mesma escola do curso de 1º a 4º séries para a 8ª série[22], evitando o deslocamento dos estudantes para outros bairros.

---

[20] Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2009.
[21] Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).
[22] Referentes à nomenclatura utilizada para denominar as etapas de escolaridade no final dos anos de 1990.

Com sua formação médica, E1 se preocupou com a necessidade de instalação de bebedouros em uma creche para evitar doenças trazidas pela desidratação ou por ingestão de água contaminada, e também com a apresentação de um projeto relativo à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Ela propôs ao Executivo a criação de uma disciplina no currículo do último ano do 1º grau[23], nas escolas da Secretaria Municipal de Educação (SME), abordando temas de educação sexual para esclarecer os estudantes sobre os perigos de doenças, principalmente, a AIDS.

A vereadora E1 apresentou ainda projetos relacionados à formação cívica dos estudantes. Para tanto, solicitou ao poder público a inclusão de uma disciplina, no currículo escolar, relativa ao significado da Bandeira do Brasil, do Hino Nacional Brasileiro e do Brasão da República, assim como uma matéria sobre a história de Teresópolis. Outra proposta foi a implantação de um projeto intitulado *Lendo o mundo*. Seu objetivo era proporcionar aos jovens no 2º distrito do município "a oportunidade de maior informação e aprendizado sobre tudo o que acontece no mundo". Apresentou também um projeto intitulado "Domingo de lazer", que visava a proporcionar atividades esportivas, sob a supervisão de professores de educação física, na rua central da cidade.

Em 1998, a vereadora E1 apresentou outros projetos à Câmara, entre os quais a proposta de um ciclo de palestras sobre a importância do Código Nacional de Trânsito, a ser ministrado pela Guarda Municipal, com o objetivo de dar noções de trânsito aos estudantes, fazendo-os conhecer os direitos e deveres do pedestre, numa ação preventiva que poderia evitar a ocorrência de acidentes provocados pela falta de conhecimento no trânsito, seja como condutor ou pedestre, principalmente, nas saídas das escolas. Além disso, apresentou um projeto de implantação de atividade lúdica na rede municipal de ensino, a partir da 4ª série do 1º grau, "projeto gamão", cuja finalidade era a de proporcionar às crianças, maior concentração do raciocínio, estimulando-as a entender, na prática, as tarefas básicas de porcentagem e os conceitos de matemática.

[23] Referente à nomenclatura utilizada para denominar as etapas de escolaridade no final dos anos de 1990.

Em relação ao ensino superior, E1[24] destaca que solicitou ao poder público que viabilizasse junto ao Ministério da Educação a possibilidade de instalar na cidade uma faculdade de Direito para beneficiar os jovens teresopolitanos que ansiavam por fazer um curso universitário na própria cidade, sem ter que se deslocar para outros municípios. Em outra vertente dirigida aos adultos, E1 solicitou ao Executivo a implantação de curso noturno para jovens e adultos trabalhadores que não tinham oportunidade de frequentar as aulas sem prejuízo de seus afazeres profissionais, em duas escolas, uma localizada no 2º distrito e outra situada no centro da cidade.

E1 relata com ênfase[25], que solicitou ao Executivo municipal a incorporação do abono do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) aos vencimentos dos professores, enaltecendo "a árdua tarefa do professor no preparo das pessoas para o mercado de trabalho".

De 1999 a 2003, a vereadora E1 limitou-se a reapresentar os mesmos projetos. De 2003 ao ano de 2008, quando deixou a Câmara de Vereadores, não elaborou mais nenhum projeto relativo à educação.

A vereadora E2[26] afirmou que teve alguns projetos pioneiros voltados para a área educacional. Segundo ela, a Lei Orgânica do Município de Teresópolis previa 25% de recursos destinados para a educação e ela decidiu propor a elevação desse percentual: "Fiz a cabeça dos colegas vereadores e aumentamos para 30%. Hoje, o município de Teresópolis tem 5% de arrecadação só para pessoas portadoras de deficiência" [27].

Passando a analisar os projetos apresentados pela vereadora E2, confirma-se o seu envolvimento com as questões sociais, notadamente no que diz respeito à inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual na rede municipal. Seu foco era no sentido de solicitar ao Executivo a implantação do sistema Braille em uma escola, não apenas por estar situada num dos bairros mais populosos do município, mas por ser possuidora de instalações adequadas, visando, dessa forma, a atender às

---

[24] Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2009.
[25] Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2009.
[26] Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2009.
[27] Conforme Lei Orgânica do Município de Teresópolis, art. 178, parágrafo único, inciso I, alíneas a e b.

necessidades educacionais e sociais daquela população. A vereadora E2 requereu, ainda, ao Executivo o atendimento técnico especializado às pessoas portadoras de deficiência, com professores especializados.

Também se preocupou com as doenças sexualmente transmissíveis, solicitando ao poder público que realizasse campanha sistemática de educação sexual nas escolas, com a participação da Secretaria Municipal de Saúde. Em outra Moção, solicitou a criação de curso noturno para os jovens que trabalhavam durante o dia. O projeto apresentado tanto dizia respeito aos jovens do centro da cidade como aqueles do interior. Outro projeto apresentado pela vereadora E2 trata de um concurso literário para os alunos de 1º e 2º graus das escolas municipais, solicitando a elaboração de um programa específico da SME para a sua concretização junto às escolas da rede municipal.

Os principais projetos de E2 relacionavam-se à educação especial, bem como o combate à violência, à gravidez precoce e aos problemas sociais relacionados às drogas. Ela solicitou às Secretarias de Educação e Saúde do município a realização de um debate sobre drogas, com a presença de profissionais da saúde, pais e filhos de alunos nas unidades escolares municipais. Além disso, a vereadora requereu à SME viabilizar a concretização de um curso de capacitação para os professores da rede municipal, para qualificá-los no combate às drogas na porta das escolas.

Em 1997, a vereadora E2 somente reapresentou os mesmos projetos. Nos projetos apresentados durante o ano de 1998, ela empreendeu esforços para que fosse viabilizado o repasse de verba destinada à educação especial na APAE. Com base na sua experiência como presidente da entidade, solicitou ao Executivo estender o programa de educação especial para o curso noturno da rede municipal de ensino.

A vereadora E2 requereu ainda, assim como a vereadora E1 já havia feito anteriormente, a implantação do projeto intitulado “Lendo o mundo” e também voltou sua atenção para o esporte, solicitando que fosse construída uma Vila Olímpica, como o Centro de Esporte, Educação e Cultura de Teresópolis, cuja finalidade seria proporcionar atividades esportivas à população. A partir de 2005, nenhum outro projeto educacional foi apresentado pela vereadora E2.

A vereadora E3, em sua primeira Moção na Câmara de Vereadores, solicitou ao governador do estado o aumento do número de professores em uma escola estadual localizada em um bairro populoso e a construção de uma creche em outro bairro também populoso, de baixo poder aquisitivo e um dos mais carentes da cidade. E3 requereu ainda a realização da obra de construção de uma quadra poliesportiva em uma escola localizada no bairro de Araras. Em outra Moção, solicitou ao Executivo que tomasse providências junto à SME para oferecer aos filhos dos moradores do interior do município melhores condições no que diz respeito ao pré-escolar, assim como a implantação do "2º grau" no bairro de São Pedro.

A partir do ano de 1998 e 1999, a vereadora E3 somente reapresentou os mesmos projetos e não elaborou mais nenhum projeto relativo à educação, até o término de seu mandato.

Já a vereadora E4[28] argumentou que, em quatro anos, embora tivesse tentado propor projetos relativos à inclusão, não viu interesse por parte dos vereadores. "A minha preocupação era em relação às crianças especiais. Fiz uma Moção ao prefeito para que as professoras das escolas aprendessem e se adaptassem à linguagem de sinais". O projeto original era da vereadora E2, mas, como afirma E4, "também era a minha causa". De fato, durante os quatro anos de seu mandato, não há menção de nenhum projeto educacional apresentado por E4.

Na análise dos projetos apresentados pelas vereadoras, durante os seus mandatos percebe-se que se tratava de questões pontuais, desarticuladas, procurando atender às necessidades de uma ou outra comunidade. Seja por suas inúmeras dificuldades de inserção na política legislativa e de tornarem-se, de fato, protagonistas dessa história, seja pelo despreparo para assumir cargos cujas funções desconheciam, pode-se dizer que, em sua passagem pela Câmara, não foram pioneiras em discursos feministas, libertários, vanguardistas, e que suas marcas provavelmente foram indeléveis naquele universo. Contudo, a passagem dessas mulheres na política legislativa local realçou a necessidade da representação

[28] Entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2009.

feminina e tornou-as visíveis, o que por si só constituiu-se numa conquista considerável.

As ex-vereadoras são mulheres que, como as suas contemporâneas, viveram um tempo em que o destino vinha mais ou menos "impresso no espelho". Ao nascer espelhavam-se e só era necessário colar as suas imagens. No entanto, chegou o momento em que o próprio "espelho responde com um imenso ponto de interrogação" (OLIVEIRA, 2009, p. 46). Inicialmente, lhes foi oferecido muito pouco. Redefinindo as suas posições, transformaram-se e se tornaram sujeitos de suas vidas, de suas histórias, com a ocupação de novos espaços e conquistas políticas e sociais.

Os impactos vivenciados por cada uma delas no exercício de suas funções políticas legislativas traziam consigo limitações e dificuldades, mas houve, sem dúvida, uma ruptura no padrão político estabelecido, masculino e de elite. Também ficou demonstrada a necessidade de preparação das mulheres para as funções de liderança, pois só assim estarão "amparadas" para essa participação política. No dizer de Faria, Santos e Silva (2008, p. 282), "o debate acerca da história das mulheres continua na ordem do dia, imposto pela consciência crescente do importante papel que o contingente feminino tem nas profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que marcam, em todos os níveis, a evolução da humanidade".

Considerações Finais

O propósito dessa pesquisa foi analisar a contribuição feminina no Poder Legislativo teresopolitano dentro da perspectiva educacional, tomando-se como objeto a trajetória política das quatro únicas mulheres que fizeram parte desse universo.

No que tange à compreensão de seus caminhos políticos legislativos, destaca-se as condições de desigualdade vividas por elas e os obstáculos com os quais se defrontaram também por serem mulheres. Foram eleitas, legislaram e participaram de decisões políticas, e a conquista de cada um desses espaços de poder se deu de forma diferenciada, pois precisaram lidar com vários tipos de sentimentos, do medo à coragem, da insegurança à determinação, seja pelos limites impostos pelo

cargo que ocuparam sem estarem preparadas para exercê-lo, seja pelos benefícios trazidos por suas ações.

Observa-se, no decorrer de suas histórias, que os impedimentos em relação às questões de gênero estiveram constantemente presentes. Bourdieu[29] destaca a dimensão simbólica de toda relação de dominação, irredutível aos economicismos de qualquer espécie; e indica como esse sistema simbólico leva os dominados a pensar inclusive sobre si mesmos segundo as próprias categorias da dominação. Assim, aponta o papel dos dominados, no caso as mulheres, para a perpetuação desse sistema e das relações de força que ele sustenta, pois sempre que elas reagem ou resistem nos termos do próprio sistema simbólico, do jogo, não quebram as regras e continuam no papel de dominadas a elas reservado.

Essa dominação também se fazia presente em suas vidas pessoais, pois, muito embora conquistassem um poder político público, na esfera privada sentiram dificuldades na conciliação com as atividades políticas. Suas conquistas interferiram em suas relações pessoais, ora trazendo-lhes benefícios, ora inviabilizando as relações afetivas e familiares.

Em que pese não existir por parte de dirigentes políticos a recusa à participação política das mulheres, o problema permanece. Na tentativa de se compreender o impacto das cotas sobre os resultados eleitorais, concluiu-se pela pouca eficácia dessa iniciativa sobre o acesso das mulheres ao Poder Legislativo brasileiro. Foram identificados alguns fatores explicativos para o fracasso desse processo, como as resistências partidárias masculinas. As chamadas "bancadas femininas" indicam a incursão das mulheres no mundo "masculino" de poder. Dessa forma, constata-se, conforme afirma Moraes (1998, p. 56), que a cota em si não resolve o problema de garantir a ampliação dos espaços de poder para as mulheres. Ela tem que vir acompanhada de políticas de formação, informação e capacitação para as novas funções. Exige-se uma nova imagem da mulher quanto ao seu papel social. As cotas são instrumentos de debate com a sociedade e com as mulheres, para a tomada de consciência do quadro de desigualdade e para o estímulo à ampliação de sua participação.

---

[29]Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/14244461/1625629588/name/O+conceito+de+g%C3%AAnero.pdf.

Quanto aos projetos educacionais empreendidos por elas no decorrer de seus mandatos, percebe-se que, embora as questões sociais tenham se incorporado em suas ações, não se pode confirmar que essa foi a tônica de suas atuações. Observa-se que, embora as Moções referentes a questões educacionais apresentadas pelas três vereadoras no decorrer de seus mandatos tenham sido aprovados por unanimidade na Câmara dos Vereadores, não foram implementadas no município, o que se conclui até mesmo pela reapresentação e reedição sistemática de todas elas por vários anos.

As mulheres investigadas na pesquisa buscaram novos espaços de poder, ampliaram suas relações sociais, aumentaram seus conhecimentos, alcançaram visibilidade pública e, à medida que enfrentaram dificuldades pessoais e sociais, prepararam-se para novos desafios e conquistas, além de abrirem espaços para outras gerações de mulheres. Com suas aspirações e suas representações, marcaram a história legislativa teresopolitana. Todavia, atualmente, no final da primeira década dos anos 2000, não há mulheres na representação política legislativa do município de Teresópolis. Após os mandatos das quatro protagonistas desta pesquisa, o pleito seguinte não contemplou a presença feminina na bancada legislativa teresopolitana. Trata-se de um retrocesso? Ou terá sido um avanço o simples fato de, em determinado momento, haver até três vereadoras na mesma legislatura?

Tais questões, assim como tantas outras, deverão ser trabalhadas em pesquisas que virão, especialmente, por se tratar de um assunto cuja complexidade não se esgota em uma única investigação, mas apenas fornece algumas pistas à história das mulheres na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Áurea; REMÉDIOS, Maria José. Os discursos do poder e as políticas educativas na governação de Oliveira Salazar: as intervenções das mulheres na Assembléia Nacional (1946-1961). In Lobo, Yolanda; Faria, Lia Ciomar Macedo de (Org.) *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008, p. 233-274.

BETTENCOURT, Ana Maria; PEREIRA, Maria Margarida. *Mulheres Políticas – as suas causas*. Lisboa: Quetzal, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Disponível em:

http://xa.yimg.com/kq/groups/14244461/1625629588/name/O+conceito+de+g%C3%AAnero.pdf. Acesso em 4 dez. 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Ata da primeira reunião referente à legislatura 1997/2000 realizada em 1º de janeiro de 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. *ÉTICA: Direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de; SANTOS, Edna Maria dos; SILVA, Rosemaria J. Vieira da. Os múltiplos olhares de Maria Yedda Linhares: educação, história e política no feminino. In Lobo, Yolanda; Faria, Lia Ciomar Macedo de (Org.) *Vozes femininas do Império e da República.* Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008, p. 279 – 304.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de. *Olhar feminino sobre ideologias e utopias dos anos 60: "discurso fundador" de uma geração.* 1996. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FONSECA, Laura; MACEDO, Eunice. (Re) aprendendo Lideranças: Questionar sentidos da memória das mulheres como política de liderança. In MACEDO, Eunice; KONING, Marijke de (Coord.) *Reinventando Lideranças: Género, Educação e Poder*. Porto: Fundação Cuidar o Futuro & LivPsic, 2009, p. 141-164.

MORAES, Jô. As cotas de participação como estratégia de igualdade. *Revista do Legislativo*, jan-mar/98.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Mulheres e(m) Liderança: Género, Educação e Poder. In MACEDO, Eunice; KONING, Marijke de (Coord.) *Reinventando Lideranças: Género, Educação e Pode*r. Porto: Fundação Cuidar o Futuro & LivPsic, 2009, p. 43-58.

PAULA, Christiane Jalles de. As mulheres na política brasileira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de set. 2010, p. 16.

QUÉTEL, Claude. *As mulheres na guerra*. São Paulo: Larrousse do Brasil, 2009.